

MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS: APRIMORAMENTOS PARA O NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*

Alvana Maria Bof^I

Clarissa Guimarães Rodrigues^{II}

Adolfo Samuel de Oliveira^{III}

<https://doi.org/10.24109/9786558011125.ceppe.v8.5767>

RESUMO

O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece, em sua Meta 7, o fomento à qualidade da educação básica, determinando o aumento gradativo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) até o final de sua vigência. Propõe, ainda, em suas diretrizes, a superação das desigualdades educacionais. O Ideb, desde a sua criação, tem sido objeto de análises, críticas e sugestões de aprimoramento. Entre as críticas mais contundentes está a incapacidade do índice em diagnosticar parte importante das discrepâncias de desempenho existentes no sistema educacional brasileiro, entre os diversos grupos de estudantes. O objetivo deste estudo é subsidiar o debate

* Os autores agradecem a leitura crítica e as sugestões de Katiana Rodrigues da Silva e Maria Teresa Gonzaga Alves a versões preliminares deste artigo.

^I Pesquisadora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutora em Educação pela The George Washington University (Estados Unidos).

^{II} Pesquisadora do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), bacharel em Ciências Econômicas, doutora em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e estágio pós-doutoral pelo Wittgenstein Centre for Demography and Global Human Capital (Áustria).

^{III} Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), sociólogo, mestre e doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente faz estágio de pós-doutorado na Fundação Carlos Chagas (FCC).

e propor aprimoramentos à Meta 7, que visa à melhoria da qualidade da educação básica, e seu indicador (Ideb), introduzindo mecanismos que permitam ao índice melhor captar, diagnosticar e monitorar as desigualdades educacionais em relação à aprendizagem entre os estudantes brasileiros, induzindo, ainda, à superação de tais desigualdades. Apresentam-se simulações, comparando trajetórias do Ideb e do Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo (Idesp), que adota em seu cálculo, em vez das médias de proficiência, um mecanismo de ponderação que considera a distribuição dos estudantes em quatro patamares de desempenho (abaixo do básico, básico, adequado e avançado) nas escalas de proficiência do Sistema de Avaliação da Educação Básica, mostrando que a formulação do Idesp é mais apropriada para dimensionar as diferenças no aprendizado dos estudantes. Conclui-se, ainda, que é necessário incluir a equidade na meta, explicitando os contrastes de resultados entre grupos sociodemográficos e induzindo à redução das desigualdades entre esses grupos.

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação; Ideb; aprendizagem; desigualdade; equidade.

INTRODUÇÃO

A melhoria da qualidade da educação básica tem sido objeto de reiteradas políticas e reivindicações ao largo das últimas décadas. Em que pese o avanço na universalização do acesso, a qualidade (particularmente da aprendizagem e do fluxo escolar) ainda é questão a ser resolvida. O problema se configura tanto na perspectiva dos níveis de aprendizado alcançados pelos estudantes brasileiros em cada ano/série de estudo e de sua trajetória escolar marcada pela reprovação e pelo abandono, quanto na perspectiva das expressivas desigualdades que se configuram historicamente no sistema educacional brasileiro.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, em sua Meta 7, trata diretamente do fomento à qualidade da educação básica, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, determinando o aumento gradativo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para os anos iniciais e finais do ensino fundamental (EF) e ensino médio (EM), de acordo com metas intermediárias e finais estabelecidas até o término da vigência do Plano. O Ideb é um indicador sintético, que congrega informações dessas duas dimensões – do fluxo (taxa de aprovação) e do desempenho dos alunos nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). As metas do Ideb estabelecidas no PNE foram, na verdade, definidas em 2007, no âmbito do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094/2007), integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), desenvolvido pelo

Ministério da Educação (Haddad, 2008). Foi também o Decreto Compromisso Todos pela Educação que estabeleceu que “a qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no Ideb, calculado e divulgado periodicamente pelo Inep” (Brasil, 2007, artigo 3º).

As metas estabelecidas no PNE são norteadas pelas diretrizes do Plano descritas no artigo 2º da Lei nº 13.005/2014. No caso da Meta 7, além da diretriz de “melhoria da qualidade da educação”, tem relevância a de “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (Brasil, 2014, artigo 2º). A sinalização do Plano é clara: a melhoria da qualidade da educação básica deve se dar de forma a eliminar as desigualdades educacionais existentes no País.

Estudos sobre o monitoramento da Meta 7 do PNE, publicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), analisam a trajetória do Ideb para os anos iniciais e finais do ensino fundamental e o ensino médio, comparando os índices atingidos em cada uma dessas etapas com as metas do Ideb fixadas no Plano.¹ No processo de monitoramento, no entanto, impôs-se a necessidade de complementar as informações do Ideb com os estudos relativos aos níveis de aprendizado alcançados pelos estudantes brasileiros, tomando por base a Estratégia 7.2, que determina, entre outros, que, até o final da vigência do PNE, todos os alunos do ensino fundamental e do ensino médio alcancem nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80%, pelo menos, o nível desejável² (Brasil, 2014). Tal medida mostrou-se fundamental, uma vez que a utilização somente do Ideb – que conjuga as médias de desempenho verificadas nas avaliações do Saeb com a taxa de aprovação da etapa – informa pouco ou, pelo menos, não de maneira direta, sobre a evolução do aprendizado efetivo dos alunos, obnubilando, ainda, as desigualdades no aprendizado e no fluxo escolar que ocorrem entre os estudantes, segundo suas características sociodemográficas, localização da escola que frequentam etc., quando não calculado para esses estratos. Um conjunto de estudos demonstra as grandes desigualdades nos resultados educacionais tanto em relação à aprendizagem quanto à trajetória escolar dos estudantes brasileiros, mostrando ainda que o crescimento do Ideb não veio acompanhado de uma redução das desigualdades nos resultados da

¹ Ver Brasil. Inep (2022b).

² Estabelece a Estratégia 7.2 “assegurar que:

- a) no quinto ano de vigência deste PNE, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;
- b) no último ano de vigência deste PNE, todos os (as) estudantes do ensino fundamental e do ensino médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável” (Brasil, 2014).

educação básica (Alves; Soares; Xavier, 2016; Soares; Alves; Fonseca, 2021; Fonseca *et al.*, 2023).

O Ideb, desde a sua criação, tem sido objeto de análises, críticas e sugestões direcionadas ao seu aprimoramento. De um lado, aponta-se a importância e relevância da criação do índice para diagnosticar, direcionar e monitorar o desenvolvimento da educação básica do País; de outro, identificam-se e discutem-se suas limitações, enquanto indicador sintético destinado a “mensurar” a qualidade dos resultados da educação básica. Entre as críticas mais contundentes, está a baixa capacidade do Ideb em diagnosticar determinadas desigualdades educacionais existentes no sistema educacional brasileiro (Soares; Xavier, 2013; Fonseca *et al.*, 2023).

O objetivo deste estudo é subsidiar o debate e propor aprimoramentos à meta de melhoria da qualidade da educação básica (Meta 7 do PNE) e ao seu indicador, introduzindo mecanismos que permitam melhor captar, diagnosticar e monitorar as desigualdades educacionais em relação à aprendizagem entre os estudantes brasileiros, estimulando ainda a redução/superação dessas desigualdades. O estudo busca, assim, contribuir com a discussão sobre a formulação da meta de melhoria da qualidade da educação básica para o PNE (2024-2034), na perspectiva da superação das desigualdades educacionais prevista pela diretriz do Plano e tão essencial ao desenvolvimento da educação no País, com garantia do direito à educação de qualidade a todos.

Este artigo está organizado da seguinte forma: na primeira seção, aborda-se a Meta 7 do PNE e as limitações encontradas no monitoramento dessa meta com a utilização somente do Ideb, particularmente no que diz respeito à necessidade de diagnosticar e monitorar a redução das desigualdades educacionais. A seguir, apresentam-se simulações, comparando-se os resultados do Ideb e do Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo – Idesp, indicador que difere do Ideb por adotar, em seu cálculo, em vez das médias de proficiência, um mecanismo de ponderação que analisa a distribuição dos estudantes pelos níveis de proficiência das escalas de Língua Portuguesa e de Matemática do Saeb, considerando ainda grupos sociodemográficos de alunos definidos por sexo, raça/cor e escolaridade dos pais. Discute-se sobre de que forma esses indicadores conseguem captar as desigualdades educacionais entre os estudantes brasileiros da educação básica e sobre como a meta poderia ser (re) formulada de maneira a estimular a redução/superação das desigualdades educacionais. Com base nos resultados das análises, propõem-se, ao final, aprimoramentos para a meta da melhoria da qualidade da educação básica para o próximo PNE e seu indicador, buscando incorporar tanto a melhoria dos resultados da educação básica para todos os alunos quanto a indução à superação das desigualdades educacionais.

1 MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA, IDEB E DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

A Meta 7 do PNE prevê fomentar a qualidade da educação básica, em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir, no final da vigência do Plano, Ideb 6,0 para os anos iniciais do EF; Ideb 5,5 para os anos finais do EF; e Ideb 5,2 para o ensino médio. São estabelecidas, também, as metas intermediárias, a cada dois anos, para cada etapa de ensino, as quais são monitoradas pelo Inep, por meio da elaboração do Relatório de Monitoramento das Metas do PNE e outros estudos com essa finalidade. Conforme os resultados apresentados no *Relatório do 4º ciclo* (Brasil. Inep, 2022a), verifica-se que o Ideb vem aumentando desde 2007 nas três etapas de ensino, embora tenha ficado estagnado no ensino médio de 2011 a 2015, como mostram os Gráficos 1, 2 e 3, referentes ao Ideb dos anos iniciais e finais do EF e ensino médio, respectivamente.

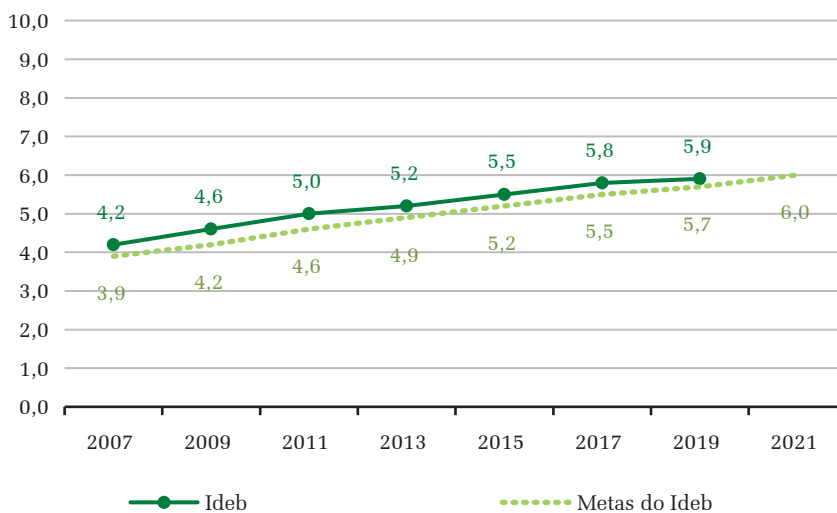


GRÁFICO 1

IDEB DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E METAS FIXADAS NO PNE - BRASIL - 2007-2021

Fonte: BRASIL. Inep (2022a)..

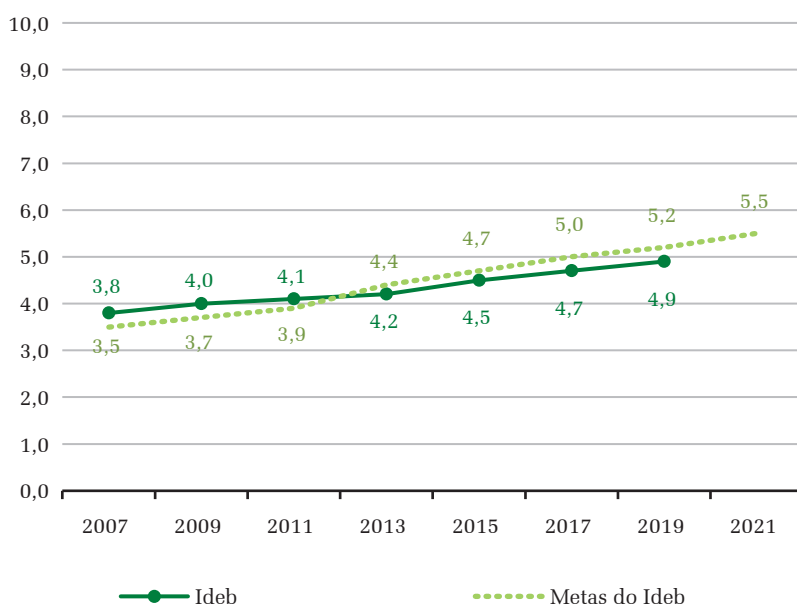


GRÁFICO 2

IDEB DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E METAS FIXADAS NO PNE – BRASIL – 2007-2021

Fonte: BRASIL. Inep (2022a).

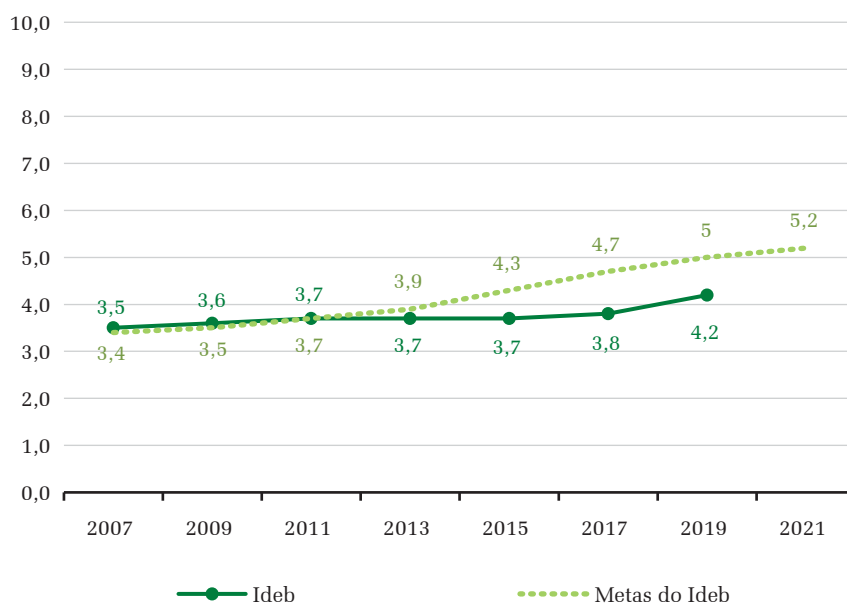


GRÁFICO 3

IDEB DO ENSINO MÉDIO E METAS FIXADAS NO PNE – BRASIL – 2007-2021

Fonte: BRASIL. Inep (2022a).

Há um conjunto de estudos, no entanto, que mostra que o aumento do Ideb não significa que todos os estudantes tenham alcançado níveis adequados de aprendizagem e sigam uma trajetória regular na escola; ao contrário, há grandes desigualdades nos resultados educacionais dos estudantes brasileiros, considerando suas características sociodemográficas – nível socioeconômico, cor/raça, local de residência, escola que frequentam etc. (Alves *et al.*, 2013; Alves; Soares; Xavier, 2016; Ferrão *et al.*, 2018; Soares; Alves; Fonseca, 2021, entre outros). Soares, Alves e Fonseca (2021) e Fonseca *et al.* (2023) constatarem que o Ideb pode ser relativamente alto no município mesmo que muitos estudantes tenham trajetórias irregulares. Os autores mostram, também, que alguns grupos sociais de estudantes são muito mais propensos a ter uma trajetória regular e outros a apresentar repetência ou ficar fora da escola, havendo uma proporção alta de meninos de cor/raça preta que têm trajetórias escolares irregulares. Há estudos que revelam, ainda, que o crescimento do Ideb não veio acompanhado de uma redução das desigualdades nos resultados da educação básica (Alves; Soares; Xavier, 2016; Soares; Alves; Fonseca, 2021).

A utilização do Ideb como indicador-chave para mensurar os resultados da educação básica tem sido objeto de análises, críticas e sugestões para aprimoramento do índice. Uma das críticas mais contundentes diz respeito à sua incapacidade de captar determinadas desigualdades educacionais que estão impregnadas no sistema educacional brasileiro. A utilização das médias de desempenho dos alunos no cálculo do componente referente à aprendizagem também tem recebido consistentes críticas. Há consenso entre especialistas de que o Ideb deve considerar a evolução da aprendizagem para além das médias de proficiência dos alunos. O próprio autor do texto que apresenta o Ideb (Fernandes, 2007, p. 16) sugere a possibilidade de se utilizar outra medida: “vários aprimoramentos são possíveis, como, por exemplo, incluir a dispersão das notas, ao invés de se considerar apenas o desempenho médio”.

De modo geral, as críticas em relação à utilização das médias de proficiência no componente da aprendizagem do Ideb podem ser apresentadas considerando ao menos três dimensões: *i*) não fornece uma interpretação pedagógica do resultado escolar dos estudantes, limitando, portanto, o trabalho essencial da escola e do sistema em promover ações pedagógicas que auxiliem os estudantes com desempenho insuficiente a alcançarem níveis adequados de aprendizado e estimulem todos eles a atingirem níveis sempre mais elevados, desenvolvendo plenamente o seu potencial; *ii*) é passível de ser manipulada via comportamento de jogo, que pode focar nos alunos de maior desempenho, deixando em segundo plano, ou até mesmo em estado de exclusão, os estudantes com resultados mais baixos, para que a média do Ideb seja maior – Soares (2009) demonstra como uma mesma média pode ser obtida com proporções muito diferentes de estudantes nos distintos níveis de aprendizado, indicando, em muitos casos, que a obtenção de maiores médias de desempenho é claramente pouco equitativa, uma vez que são deixados para trás alunos com desempenho baixo; e *iii*) é pouco sensível às desigualdades de resultados educacionais: a média pode

aumentar paralelamente ao aumento do hiato (*gap*) entre os resultados de estudantes com desempenho insuficiente e avançado, por exemplo. O desempenho médio dos estudantes de uma determinada escola X pode aumentar por meio da melhoria no desempenho dos estudantes que já apresentam bons resultados nos testes, sem que haja um avanço daqueles que estão aquém de um aprendizado adequado.

Nesse caso, o aumento no desempenho médio dos estudantes dessa escola X tende a provocar uma elevação no Ideb, que ocorre paralelamente ao aumento na diferença de desempenho entre os estudantes situados na base e no topo da distribuição dos escores de proficiência mensurados pelo Saeb. Estudos mostram que a utilização das médias permite que, mesmo quando o Ideb é alto, haja número significativo de estudantes com baixo desempenho. Soares e Xavier (2013) demonstram que valores altos do Ideb, como os entre 5,5 e 6,5, são compatíveis com proporções significativas de estudantes no nível mais baixo de aprendizado (abaixo do básico).

A limitação do Ideb em captar/diagnosticar as desigualdades educacionais entre grupos sociais é algo relevante e precisa ser tratada. Como mostram os estudos, o índice atual não contempla os resultados educacionais entre estudantes de nível socioeconômico (NSE) alto e baixo, diferente cor/raça etc. Num país onde as desigualdades sociais são tão marcantes, essa é sem dúvida uma limitação a ser superada. Merece nota a afirmação de Soares e Xavier (2013) de que, se o Ideb atual for o único indicador usado para guiar as políticas educacionais de educação básica, mesmo que suas metas sejam atingidas, podemos ainda assim não ter um sistema educacional que garanta o direito constitucional à educação.

Outra questão igualmente fundamental é a que trata do monitoramento e fomento à melhoria da qualidade da educação básica em conjunção com a superação das desigualdades educacionais, como prevê a diretriz do PNE. Da mesma forma que o Ideb em si, como indicador, não consegue apreender determinadas desigualdades nos resultados da educação básica, ele também parece não conseguir incorporar e induzir a ideia da superação das desigualdades.

Nesse aspecto, é importante notar que, em sua concepção, o Ideb prevê implicitamente a superação das desigualdades educacionais pela convergência das metas. A Nota Técnica do Inep que trata da metodologia utilizada para o estabelecimento das metas intermediárias para a trajetória do Ideb no Brasil, em escolas estaduais e municipais, explicita a seguinte premissa assumida:

P2: As trajetórias do Ideb por rede de ensino devem contribuir para a redução das desigualdades em termos de qualidade educacional. Isso significa que no esforço empregado por cada rede (municipal ou estadual) estarão implícitos os objetivos de atingir as metas intermediárias de curto prazo e alcançar a convergência dos Idebs atingidos pelas redes no médio ou longo prazo. (Brasil. Inep, 2007, p. 1-2).

Segundo Fernandes ([s.d.], p. 3), o esforço a ser empregado em cada esfera administrativa deve visar, além de ao alcance das metas intermediárias de curto prazo, à convergência dos Idebs alcançados pelas demais redes a médio e longo prazos, ou seja, “os esforços de cada rede devem também contribuir para a redução das desigualdades em termos de qualidade educacional”.

O problema que surge nessa abordagem é que as metas podem convergir para o mesmo Ideb, mas encobrir uma grande desigualdade interna. Como visto, a escola ou o sistema de ensino podem melhorar o Ideb simplesmente melhorando os estudantes que já são melhores; ou seja, podem aumentar a média de desempenho investindo nos melhores alunos e deixando à margem aqueles com baixo desempenho. Vê-se, assim, que o Ideb atual também tem dificuldade em monitorar e estimular a superação das desigualdades educacionais, como demanda a diretriz do PNE. Essa é uma questão importantíssima a ser resolvida na formulação do novo índice que monitorará a melhoria da qualidade da educação básica na perspectiva da superação das desigualdades.

2 IDEB E IDESP: SIMULAÇÕES COMPARATIVAS

Da revisão da literatura realizada em relação às limitações do Ideb, transparecem ao menos três concordâncias: *i*) o novo Ideb deve ser capaz de explicitar as desigualdades entre grupos sociodemográficos; *ii*) o novo Ideb deve contemplar uma medida capaz de captar a evasão escolar, pois a taxa de aprovação calculada de forma transversal não considera os estudantes uma vez registrados no sistema de ensino em anos anteriores e que evadiram; e *iii*) a dimensão da aprendizagem do índice deve considerar outra medida que não seja as médias de desempenho, como a distribuição dos estudantes pelos níveis de proficiência das escalas de Língua Portuguesa e de Matemática do Saeb.

Considerando esses consensos, este estudo opta por apresentar simulações comparando resultados do Ideb e do Idesp, uma vez que o Idesp considera em sua formulação, em vez das médias de desempenho, a distribuição dos estudantes em quatro patamares de proficiência em Língua Portuguesa e em Matemática definidos no Saresp³ (abaixo do básico; básico, adequado, avançado), baseando-se num mecanismo

³ O Idesp é calculado de acordo com a seguinte fórmula: $IDESP_s = IDS_s \times IF_s$, em que,

IDS = Indicador de desempenho dos alunos, medido pelos resultados dos testes de Língua Portuguesa e Matemática do Saresp, nos 5º e 9º anos do ensino fundamental e na 3ª série do ensino médio.

IFS = Indicador de fluxo, número entre 0 e 1, medido pela taxa média de aprovação em cada etapa da escolarização (séries iniciais e séries finais do EF e EM), coletadas pelo Censo Escolar da Educação Básica, Inep.

O IDS é calculado a partir da defasagem média dos alunos da escola em relação ao nível avançado de aprendizado. Os alunos classificados nos níveis abaixo do básico, básico, proficiente e avançado recebem, respectivamente, três, duas, uma e nenhuma defasagem. A defasagem do sistema ou da escola é definida como a média ponderada das defasagens de cada nível, tomando-se como peso a porcentagem de alunos em cada nível (Soares, 2009).

de ponderação em que o aumento do valor do índice é condicionado à redução na proporção de estudantes situados nos patamares mais baixos e ao aumento na proporção de estudantes nos patamares mais altos, incorporando, assim, tanto um critério pedagógico explícito, feito por meio de uma avaliação que define os pontos de corte desses patamares, quanto uma parcela da desigualdade dos resultados da aprendizagem, ao retratar, inclusive, desigualdades intraescolares (Rodrigues *et al.*, 2021). De acordo com Soares (2009), o Idesp foi construído, por um lado, para manter a agregação dos dois indicadores – de fluxo escolar e de desempenho – e, por outro, para incorporar a dimensão de equidade no indicador de desempenho, que estava ausente no Ideb. Para que isso fosse feito, abandonam-se as médias, passando-se a utilizar um indicador baseado num esquema de ponderação que considera os percentuais de alunos nos quatro níveis/patamares de aprendizado definidos no Saresp.

As simulações apresentadas neste estudo, primeiro realizadas em Rodrigues *et al.* (2021), comparam os resultados do Ideb e do Idesp, partindo do pressuposto de que o Idesp consegue captar implicitamente uma parcela da desigualdade de resultados educacionais por levar em conta, em sua formulação, a distribuição dos estudantes nos quatro patamares de proficiência e seguir um mecanismo de ponderação que estimula o alcance de patamares/níveis mais elevados de aprendizado pelos estudantes. Além disso, apresentam-se simulações dos resultados do Ideb e do Idesp por grupos sociodemográficos distintos, partindo da premissa de que as desigualdades precisam ser explicitadas para que seja possível identificar e monitorar avanços ou retrocessos em relação aos resultados educacionais de grupos sociais historicamente desfavorecidos.

3 METODOLOGIA

As simulações empíricas utilizaram os resultados relativos aos anos iniciais do ensino fundamental nos anos de 2013, 2015, 2017 e 2019. Para cada edição, foram calculados e comparados o Ideb (Fernandes, 2007) e Idesp (Soares, 2009). Para o cálculo dos indicadores das duas dimensões que compõem o Ideb e Idesp – aprendizagem e fluxo escolar (taxas de aprovação) – foram usados os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Censo Escolar da Educação Básica, respectivamente, nos anos de 2013, 2015, 2017 e 2019. Os resultados para os anos iniciais do EF são apresentados para o nível Brasil e unidades da Federação.

Os cálculos do Ideb e do Idesp são apresentados também por grupos sociodemográficos definidos por sexo, cor/raça e escolaridade dos pais (Quadro 1).

QUADRO 1
**VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS UTILIZADAS NA ANÁLISE COMPARATIVA
E CATEGORIAS**

Grupos sociodemográficos	Categorias
Sexo	Feminino, masculino
Raça/Cor	Branca, Preta, Parda, Amarela, Indígena, Sem resposta
Escolaridade dos pais	Alta escolaridade: mãe ou pai com, no mínimo, ensino médio completo; Baixa escolaridade: mãe ou pai com, no máximo, ensino médio incompleto.

Fonte: Elaborado pelos autores.

As informações utilizadas sobre raça/cor e sexo dos estudantes foram aquelas coletadas no Censo Escolar (para o cálculo da média harmônica das taxas de aprovação) e no Saeb (para o cálculo do desempenho cognitivo dentro dos grupos). Como não há informações sobre a escolaridade dos pais dos estudantes do 1º ao 5º ano do EF no Censo Escolar, os cálculos do Ideb e Idesp considerando essa variável utilizaram as informações oriundas do questionário do Saeb referentes aos alunos do 5º ano. A escolaridade dos pais, uma *proxy* do nível socioeconômico, é assim categorizada: alta escolaridade = mãe ou pai com, no mínimo, ensino médio completo; baixa escolaridade = mãe ou pai com, no máximo, ensino médio incompleto.

Adota-se, como estratégia de comparação, o cálculo da razão dos resultados do Ideb e do Idesp entre grupos distintos. Assim, por exemplo, divide-se o valor do Ideb e do Idesp dos brancos pelo valor do Ideb e Idesp dos pretos, respectivamente. Quando o resultado da razão é igual a 1, significa que os dois grupos possuem o mesmo valor do indicador. Quando o resultado da razão é maior (ou menor) que 1, significa que há diferença nos resultados educacionais entre os grupos sociais analisados. Uma vez que o grupo mais favorecido está no numerador, uma razão igual a 1,25 para o Ideb entre brancos e pretos, por exemplo, significa que os brancos possuem um Ideb 25% maior que o dos pretos.

4 RESULTADOS DAS SIMULAÇÕES DO IDEB E IDESP – BRASIL E UNIDADES FEDERATIVAS

A Tabela 1 apresenta os resultados do Ideb e do Idesp para os anos iniciais do ensino fundamental, em nível nacional, de 2013 a 2019, bienalmente. Como primeira observação, nota-se que tanto o Ideb quanto o Idesp crescem de 2013 a 2019, o que sinaliza a melhoria progressiva dos resultados da educação básica no período, embora o aumento seja menor a cada biênio. Verifica-se que os resultados do Ideb são sempre maiores que os

do Idesp em todos os anos da série histórica. Essa diferença se deve, em parte, às distintas metodologias empregadas nesses dois índices para obter a nota padronizada, visto que a padronização das proficiências no Ideb é feita com base na média e nos limites superiores e inferiores da Escala do Saeb de 1997 e, no Idesp, decorre dos cortes e da atribuição de pesos aos patamares de proficiência e da proporção de alunos em cada deles.

Não obstante, há uma diferença específica em tais metodologias que pode ajudar a compreender parte da diferença encontrada nos resultados desses dois índices sintéticos: no Ideb, qualquer aumento na proficiência dos estudantes contribui para o crescimento da nota padronizada (que pode ser anulado, cabe ressaltar, com uma redução equivalente na proficiência), ao passo que, no Idesp, que considera a distribuição dos alunos pelos quatro patamares de proficiência do Saesp, para que a nota padronizada cresça, é necessário que o aumento da proficiência dos alunos lhes permita subir de um patamar para outro (do básico para o adequado, por exemplo), alterando assim a distribuição dos alunos entre esses patamares. Um aumento de 10 pontos na escala do Saeb pode aumentar a nota padronizada do Ideb, que é calculada com base na proficiência média em LP e MT. Porém, no caso do Idesp, se esse aumento de 10 pontos não propiciar a mudança de patamar de proficiência, o índice não crescerá mesmo com tal aumento da proficiência, ou seja, nem todo aumento da proficiência provoca o crescimento desse índice. Assim, no Ideb, qualquer aumento no desempenho de um grupo de estudantes na avaliação, não compensada por uma redução da proficiência em outro grupo, eleva a média e faz o indicador aumentar. Já no Idesp, para que o valor do índice aumente, é preciso que haja uma mudança na distribuição do desempenho: redução na proporção de alunos com desempenho nos níveis abaixo do básico e/ou básico e, conseqüentemente, aumento na proporção de estudantes com desempenho adequado e/ou avançado.

TABELA 1
RESULTADOS DO IDEB E IDESP PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
– BRASIL – 2013-2019

Ano	Ideb	Idesp
2013	5,16	4,11
2015	5,52	4,66
2017	5,78	5,05
2019	5,92	5,23

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Censo Escolar e Saeb/Inep.

Analisando os resultados dos dois índices por unidade federativa (Figura 1), verifica-se que os resultados do Ideb são superiores ao do Idesp em todas as Ufs. Os estados que apresentam Ideb mais elevado, como São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Distrito Federal e Ceará, são também os estados que apresentam resultados do Idesp mais elevados. No outro extremo, estão Pará, Amapá e Maranhão, que apresentam os menores resultados tanto no Ideb quanto no Idesp. Nota-se ainda que os

estados que apresentam os resultados mais baixos são também os que apresentam a maior distância entre os valores do Ideb e Idesp, tal como se vê nos gráficos da Figura 1. Analisando a amplitude dos resultados obtidos pelas unidades federativas em cada um desses índices, percebe-se que a diferença entre o maior e o menor Ideb é inferior à diferença entre o maior e o menor Idesp. Além disso, quando se comparam os resultados do mesmo estado entre o Ideb e o Idesp, nota-se que a diferença entre eles é maior nos estados onde há uma elevada proporção de estudantes com desempenho abaixo do básico, pois quanto maior o número de alunos nesse nível, menor o valor do Idesp. Alves, Soares e Xavier (2016) e Alves e Ferrão (2019) mostram que esses estudantes, geralmente, são de baixo nível socioeconômico e autodeclarados pretos. Assim, é possível inferir que o Idesp é mais sensível às desigualdades de proficiência, o que aumenta sua capacidade de captar as desigualdades educacionais entre grupos sociais.

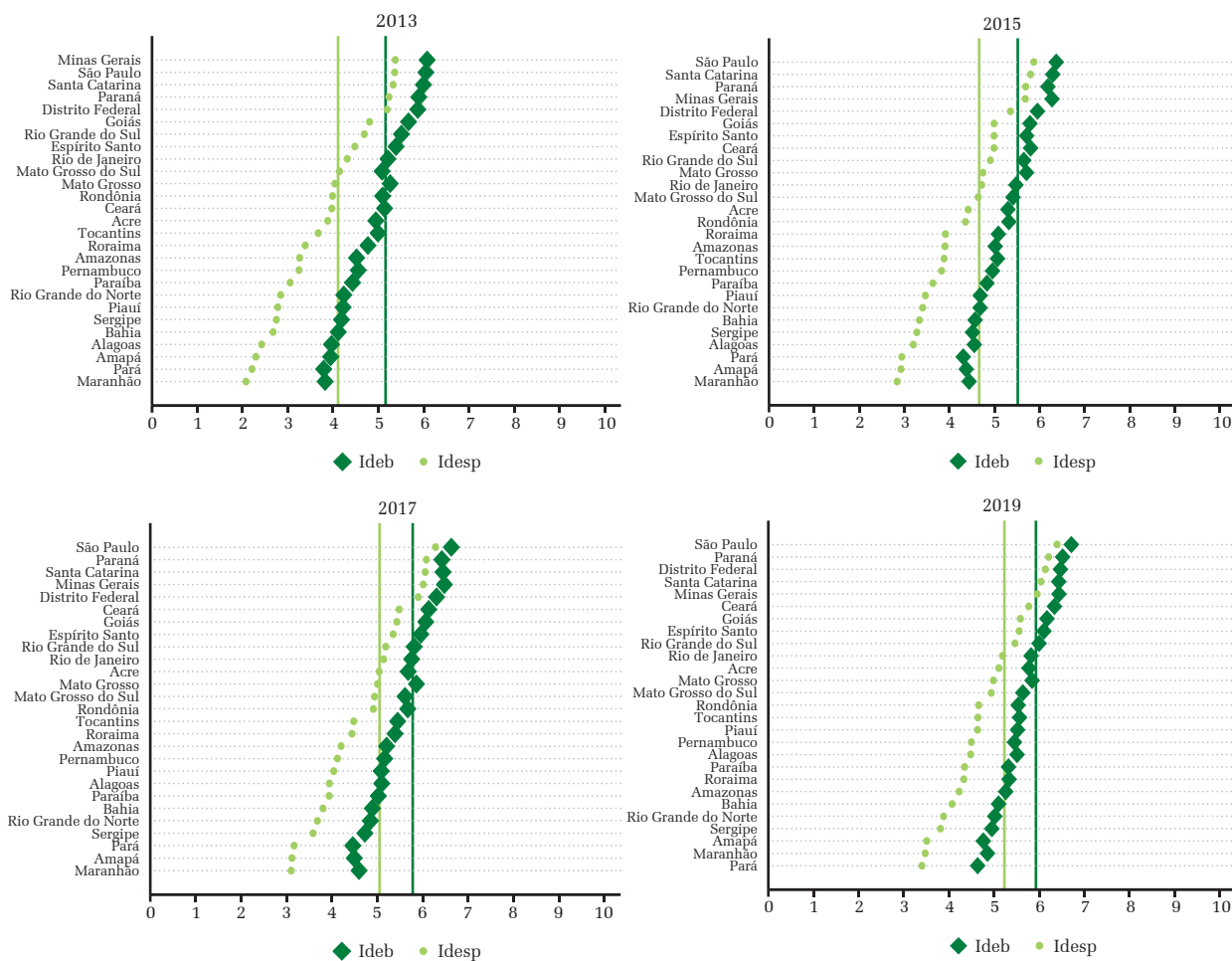


FIGURA 1

**RESULTADOS DO IDEB E IDESP PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL,
POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2013-2019**

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Censo Escolar e Saeb/Inep.

Nota: A linha vertical verde-escura representa o Ideb e a linha vertical verde-clara representa o Idesp para o Brasil..

5 RESULTADOS DO IDEB E IDESP ENTRE GRUPOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Apresentam-se, a seguir, os resultados das razões calculadas para o Ideb e Idesp considerando o sexo, a raça/cor e a escolaridade dos pais dos estudantes, para o Brasil e as unidades da Federação. A Tabela 2 apresenta os resultados das razões calculadas considerando o sexo dos estudantes, para o Brasil, e a Figura 2, os resultados para as UFs.⁴ O eixo x dos gráficos apresenta os resultados das razões para cada UF listada no eixo y.

Analisando-se os resultados, observa-se que há uma quase sobreposição das razões quando calculadas pelo Ideb e pelo Idesp, e que os resultados são muito próximos de 1, o que sugere uma diferença discreta no desempenho educacional entre meninas e meninos nos anos iniciais do ensino fundamental, favorável às meninas. Como será mostrado a seguir, as diferenças por sexo são bem menos marcantes do que as diferenças para outras características sociodemográficas. Porém, é importante advertir que o sexo, de forma isolada, pode não refletir adequadamente desigualdade entre grupos menos privilegiados, no entanto, quando combinado com a raça/cor e o NSE, há uma piora substancial na desigualdade em desfavor das meninas autodeclaradas pretas e com nível socioeconômico baixo (Alves; Soares; Xavier, 2016).

TABELA 2
IDEB E IDESP PARA ESTUDANTES DO SEXO FEMININO E MASCULINO, ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2013-2019

Ano	Ideb			Idesp		
	Feminino (A)	Masculino (B)	Razão (A)/(B)	Feminino (A)	Masculino (B)	Razão (A)/(B)
2013	5,5	5,1	1,1	4,5	4,0	1,1
2015	5,8	5,4	1,1	5,0	4,5	1,1
2017	6,0	5,7	1,1	5,4	4,9	1,1
2019*	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Censo Escolar e Saeb/Inep (2013-2017).

Nota: * não há informação sobre sexo nos microdados do Saeb de 2019.

⁴ Encontram-se, no Apêndice (Tabela 1), os resultados do Ideb e Idesp para estudantes do sexo feminino e masculino dos anos iniciais do ensino fundamental, por unidade da Federação – 2013-2017.

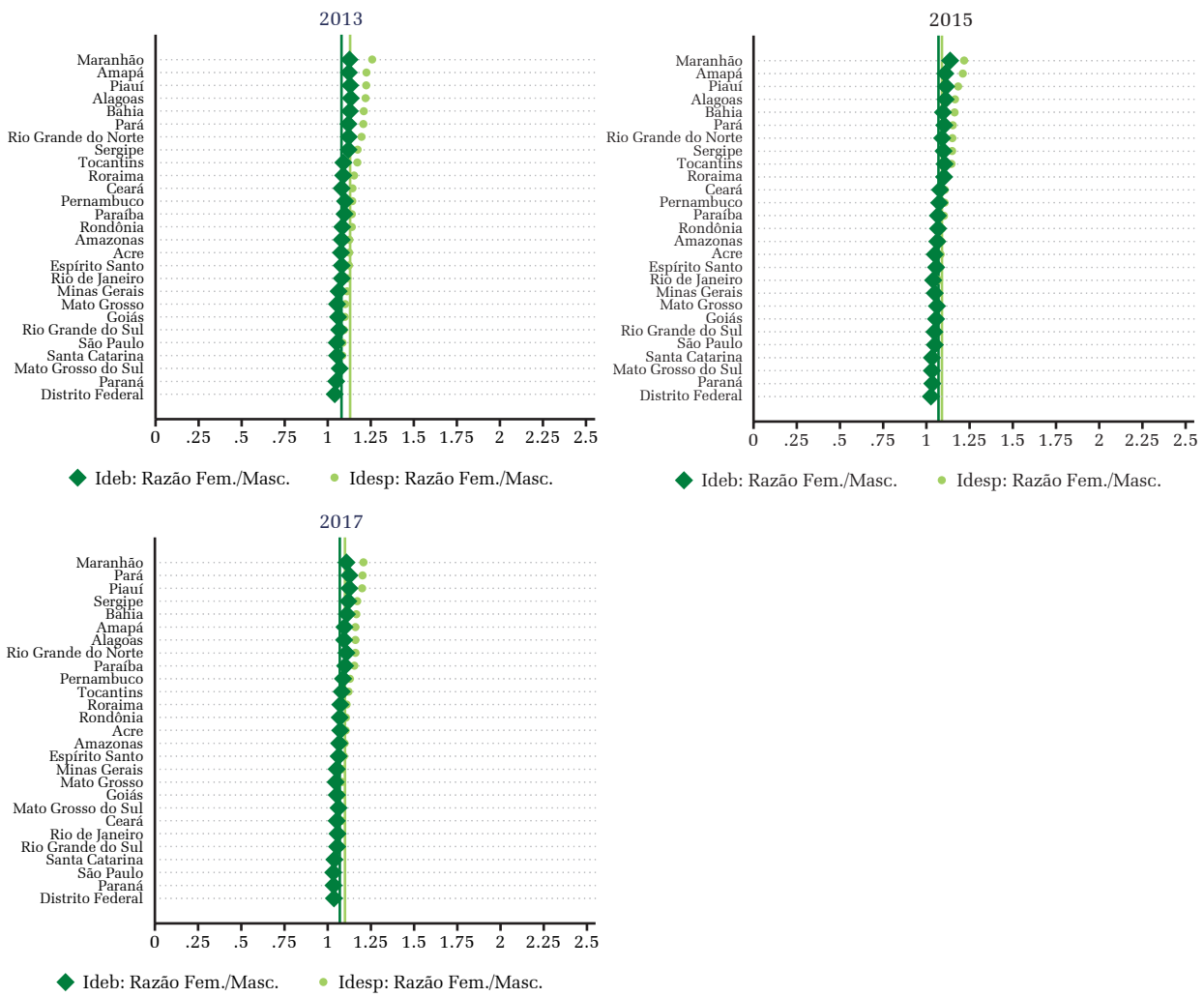


FIGURA 2

**RAZÃO FEMININO/MASCULINO PARA OS RESULTADOS DO IDEB E IDESP, ANOS INICIAIS
DO ENSINO FUNDAMENTAL – UNIDADES DA FEDERAÇÃO E BRASIL – 2013-2017**

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Censo Escolar e Saeb/Inep.

Nota: A linha vertical verde-escura representa o Ideb e a linha vertical verde-clara representa o Idesp para o Brasil.

A Tabela 3 apresenta os resultados das razões para o Ideb e Idesp entre estudantes brancos e estudantes pretos para o Brasil. Verifica-se uma diferença marcante nos resultados, especialmente quando analisada essa razão para o Idesp: em 2013, 2017 e 2019, o Idesp dos estudantes brancos é 60% maior que o dos estudantes pretos. Os valores do Idesp dos estudantes pretos têm um aumento entre 2013 e 2015, mas permanece estagnado em 2017 e apresenta leve incremento em 2019.

Importante salientar que a análise temporal dessas razões mostra que elas praticamente permanecem estáveis entre 2013 e 2019, tanto no Ideb quanto no Idesp, indicando que a desigualdade entre os estudantes brancos e pretos tende a se reproduzir, a despeito de uma melhoria no Ideb e Idesp para a população de estudantes como um todo, conforme evidenciado anteriormente na Tabela 1. Esses resultados apontam para a persistência da desigualdade entre grupos de cor/raça.

TABELA 3

IDEB E IDESP PARA ESTUDANTES BRANCOS E PRETOS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2013-2019

Ano	Ideb			Idesp		
	Branco (A)	Preto (B)	Razão (A)/(B)	Branco (A)	Preto (B)	Razão (A)/(B)
2013	5,8	4,5	1,3	5,0	3,1	1,6
2015	6,0	4,8	1,2	5,4	3,7	1,5
2017	6,4	4,9	1,3	5,9	3,7	1,6
2019	6,5	5,0	1,3	6,1	3,9	1,6

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Censo Escolar e Saeb/Inep.

A Figura 3 apresenta os resultados das razões para o Ideb e o Idesp entre estudantes brancos e estudantes pretos para as unidades da Federação.⁵ Nota-se um descolamento dos pontos que representam as razões do Ideb e Idesp, em todos os estados, com diferenças mais marcantes nos resultados do Idesp, o que reforça a tese de que a formulação do Idesp é mais sensível às desigualdades educacionais.

Os resultados por cor/raça dos estudantes corroboram achados da literatura que encontram diferenças mais expressivas entre estudantes pretos e brancos quando comparados ao que foi observado entre meninas e meninos (Alves; Soares; Xavier, 2016; Alves; Ferrão, 2019).

⁵ O Apêndice (Tabela 2) apresenta os resultados do Ideb e do Idesp para estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental considerando sua cor/raça, para o Brasil e por unidade da Federação, no período 2013-2019, o que permite calcular as razões para os outros grupos de cor/raça, que não puderam ser apresentados por limitações de espaço.

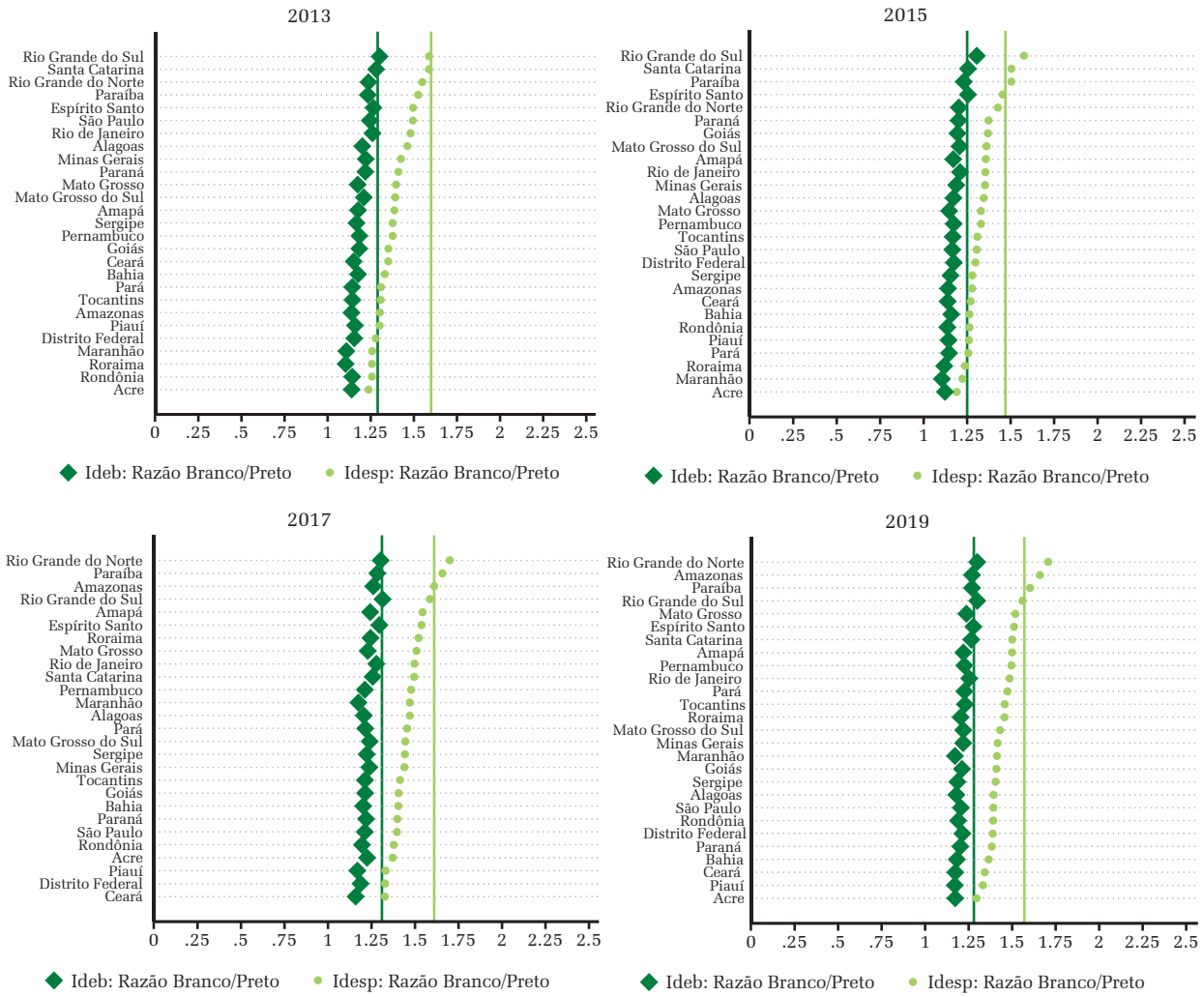


FIGURA 3

**RAZÃO ESTUDANTES BRANCOS/ESTUDANTES PRETOS PARA OS RESULTADOS DO IDEB E
IDESP, ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – UNIDADES FEDERATIVAS
– BRASIL – 2013-2019**

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Censo Escolar e Saeb/Inep.

Nota: A linha vertical verde-escura representa o Ideb e a linha vertical verde-clara representa o Idesp para o Brasil.

A Tabela 4 apresenta os resultados das razões para o Ideb e Idesp entre estudantes com pais com alta escolaridade (mãe ou pai com, no mínimo, ensino médio completo) e estudantes com pais com baixa escolaridade (mãe ou pai com, no máximo, ensino médio incompleto), para o Brasil. De modo geral, observa-se desigualdade marcante nos resultados, especialmente quando analisada essa razão para o Idesp. Em 2017, o Idesp dos estudantes com pais com, pelo menos, o ensino médio completo, é 50% maior que o dos estudantes com pais com ensino médio incompleto ou menos. Em relação à variação temporal, verifica-se que as razões do Ideb permanecem inalteradas nos três últimos ciclos – 2015 e 2019 – a despeito de aumento nos indicadores por grupo. Novamente, os dados apontam a reprodução das desigualdades persistentes ao longo dos anos.

TABELA 4

IDEB E IDESP PARA ESTUDANTES COM PAIS COM ALTA E BAIXA ESCOLARIDADE, ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2013-2019

Ano	Ideb			Idesp		
	Alta escolaridade (A)	Baixa escolaridade (B)	Razão (A)/(B)	Alta escolaridade (A)	Baixa escolaridade (B)	Razão (A)/(B)
2013	6,2	5,0	1,3	5,5	3,5	1,6
2015	6,5	5,4	1,2	5,9	4,0	1,5
2017	6,7	5,5	1,2	6,3	4,2	1,5
2019	6,8	5,7	1,2	6,5	4,6	1,4

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Saeb/Inep.

A Figura 4 apresenta os resultados das razões entre os resultados do Ideb e Idesp para estudantes com pais com alta e baixa escolaridade para as unidades da Federação.⁶ Observa-se que o Idesp dos estudantes com pais mais escolarizados chega a ser 90% superior ao Idesp dos estudantes com pais com baixa escolaridade, como é o caso do Amapá, em 2017. Percebe-se, também, que as diferenças entre o Idesp dos filhos de pais mais e menos escolarizados são mais marcantes nos estados das regiões Norte e Nordeste.

⁶ O Apêndice (Tabela 3) apresenta os resultados do Ideb e do Idesp para estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental considerando a escolaridade dos pais, por unidade da Federação, de 2013 a 2019.

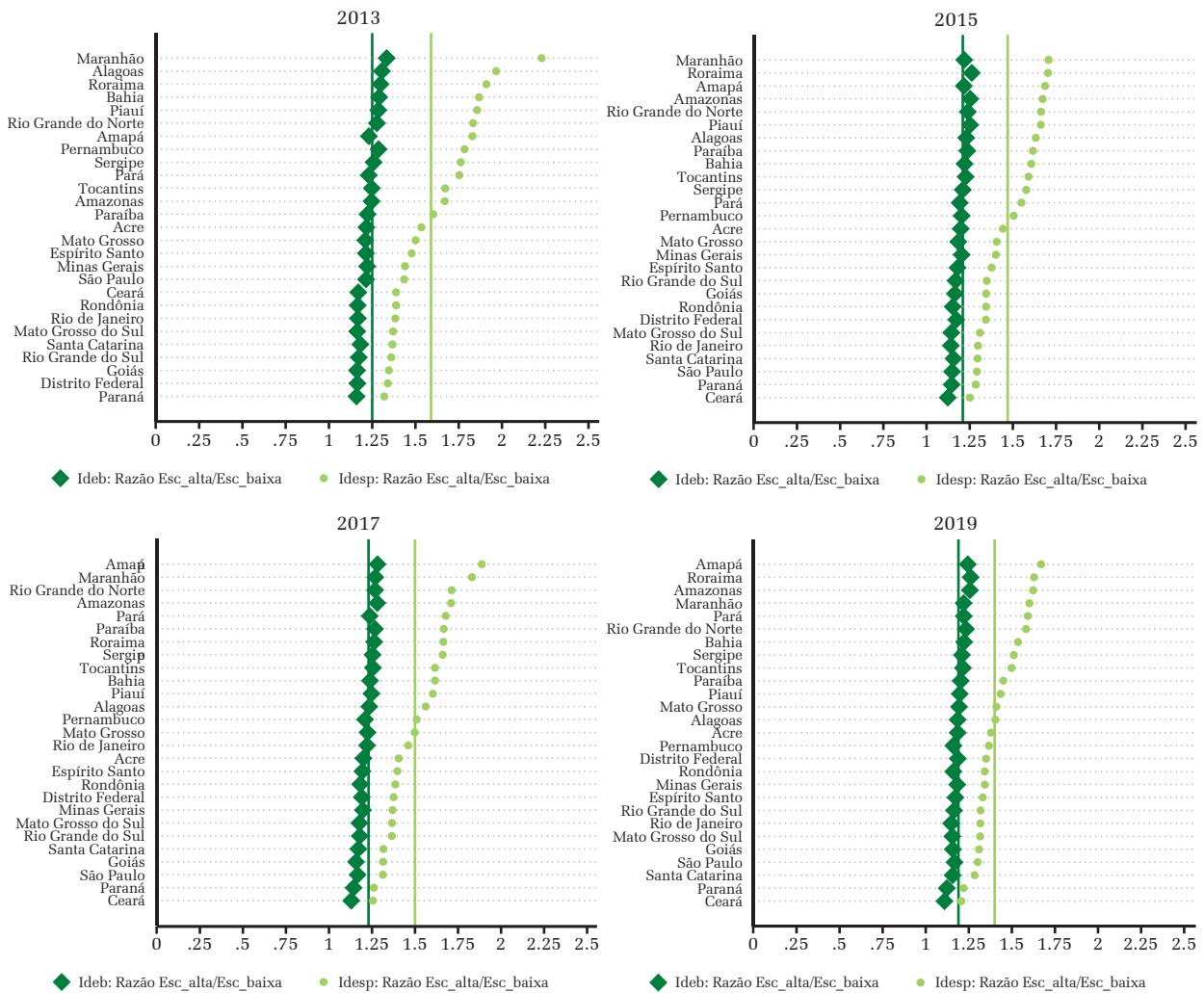


FIGURA 4

**RAZÃO ENTRE ESTUDANTES COM PAIS COM ALTA E BAIXA ESCOLARIDADE PARA O IDEB
E IDESP, ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – UNIDADES DA FEDERAÇÃO –
BRASIL – 2013-2019**

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Censo Escolar e Saeb/Inep.

Nota: A linha vertical verde-escuro representa o Ideb e a linha vertical verde-clara representa o Idesp para o Brasil.

6 APRIMORAMENTOS PARA A META DE MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA DIREÇÃO DA SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES

Na busca de contribuir com o aprimoramento da meta de melhoria da qualidade da educação básica do PNE e seu indicador, considerando a diretriz da superação das desigualdades educacionais, este estudo apresentou simulações empíricas comparando a trajetória do atual Ideb e do Idesp no período de 2013 a 2019. Nesse exercício, verificou-se que tanto o conceito que embasa o Idesp quanto os resultados das comparações apontam que esse índice, que incorpora um critério pedagógico explícito e valoriza os patamares de proficiência (abaixo do básico, básico, adequado e avançado) mediante atribuição de pesos, é capaz de captar uma parcela das desigualdades educacionais que passa despercebida pelo Ideb, sendo, portanto, mais apropriado para diagnosticar e monitorar a melhoria dos resultados da educação básica, considerando essas desigualdades.

Por outro lado, o fato de o Idesp, como o Ideb, ter crescido no período da série histórica sem que as desigualdades entre os grupos sociais tenham sido eliminadas ou reduzidas leva à conclusão de que é fundamental que se calcule o novo índice por grupos sociodemográficos, apontando, assim, explicitamente as desigualdades de resultados existentes entre eles. Os resultados das simulações aqui realizadas para os dois índices, considerando os grupos por sexo, cor/raça e escolaridade dos pais demonstram a permanência das desigualdades entre esses grupos. Dessa forma, explicitar e acompanhar a evolução do índice de qualidade da educação básica por grupos sociais é essencial para que se possa monitorar o avanço na direção da superação das desigualdades educacionais, estabelecida pela diretriz do PNE.

Com base nesses resultados, pode-se indicar os seguintes aprimoramentos à Meta 7 de melhoria da qualidade da educação básica:

- i. Incorporar ao Ideb, índice responsável por mensurar a evolução da qualidade da educação básica por meio de duas dimensões, o fluxo escolar e a aprendizagem, uma formulação que considere, no componente da aprendizagem, a distribuição (percentuais) dos alunos nos níveis de aprendizado aliada a um sistema de ponderação, incentivando o avanço dos estudantes que se encontram em níveis mais baixos para níveis mais elevados, a exemplo do que ocorre no Idesp. Essa formulação se mostra mais adequada por ser capaz de captar parte das desigualdades nos resultados e induzir esforços para a melhoria do desempenho dos alunos que apresentam baixos níveis de aprendizado, visando alçá-los a níveis mais elevados. Além disso, possibilita a interpretação pedagógica dos resultados, o que permite às redes de ensino e escolas direcionar seu trabalho pedagógico, promovendo

ações e atividades para os alunos de acordo com suas necessidades, para que eles possam alcançar níveis mais elevados de aprendizado.

- ii. Incorporar a equidade na meta, colocando explicitamente o direcionamento de superação das desigualdades educacionais entre grupos sociodemográficos definidos por cor/raça, nível socioeconômico, local de residência etc. Como já ocorre em outras metas do PNE, a meta de melhoria da qualidade (Meta 7) deve prever explicitamente a diminuição das desigualdades entre negros e brancos, pobres e ricos etc. Considerar o índice por grupo sociodemográfico é fundamental para que se explicitem as desigualdades existentes e se possa, então, identificar e monitorar os avanços na direção da superação das desigualdades educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo busca contribuir com a discussão sobre a formulação da meta de melhoria da qualidade da educação básica para o próximo PNE, na perspectiva da superação das desigualdades educacionais. Com base nos resultados das simulações das trajetórias do Ideb e do Idesp, conclui-se que o novo índice de qualidade da educação básica deve incorporar, em sua formulação, um sistema de ponderação que considere os níveis de aprendizagem dos estudantes, estimulando o avanço de níveis mais baixos para níveis mais elevados, por ser essa formulação capaz de captar parte das desigualdades nos resultados da aprendizagem da educação básica. Sendo assim, é mais adequada para monitorar a melhoria dos resultados educacionais, induzindo à superação das desigualdades. Para tal, é necessário que se definam oficialmente os patamares/níveis de aprendizagem a serem considerados nacionalmente no âmbito do Saeb, como já tem sido discutido em vários trabalhos na literatura (Klein, 2019; Soares, 2009, 2018; Bof, 2022, entre outros).

Nesse aspecto, é importante lembrar que tal definição é demandada tanto no PNE (Meta 7 – Estratégia 7.2) quanto em outras legislações, como a recente Lei do Fundeb (Lei nº 14.113/2020), que, em seu artigo 14 (que trata da complementação Valor Aluno Ano por Resultados (Vaar) da União, que será distribuída às redes públicas de ensino que cumprirem as condicionalidades de melhoria de gestão e alcançarem evolução de indicadores de atendimento e de melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica), estabelece, em seu § 2º, que a metodologia de cálculo de tais indicadores considerará obrigatoriamente:

- I – o nível e o avanço, com maior peso para o avanço, dos resultados médios dos estudantes de cada rede pública estadual e municipal nos exames nacionais

do sistema nacional de avaliação da educação básica, ponderados pela taxa de participação nesses exames e *por medida de equidade de aprendizagem*;

(...)

§ 3º *A medida de equidade de aprendizagem, prevista no inciso I do § 2º deste artigo, baseada na escala de níveis de aprendizagem, definida pelo Inep, com relação aos resultados dos estudantes nos exames nacionais referidos naquele dispositivo, considerará em seu cálculo a proporção de estudantes cujos resultados de aprendizagem estejam em níveis abaixo do nível adequado, com maior peso para os estudantes com resultados mais distantes desse nível, e as desigualdades de resultados nos diferentes grupos de nível socioeconômico e de raça e dos estudantes com deficiência em cada rede pública. (Brasil, 2020, grifos nossos).*

A relevância e pertinência de se definirem os níveis/padrões de aprendizado e de os considerarem no novo Ideb são ainda reforçadas levando-se em conta que a definição dos níveis possibilita a interpretação pedagógica dos resultados educacionais, o que permite não só captar implicitamente uma parcela das desigualdades educacionais, como também oferecer às escolas e às redes de ensino informações fundamentais para o direcionamento do trabalho pedagógico. Com base nos resultados, é possível organizar e executar atividades e ações para que os estudantes que se encontram no nível “abaixo do básico” avancem em direção do nível “adequado” e que, ao mesmo tempo, todos os estudantes sejam estimulados a atingirem níveis mais elevados de aprendizado. O estabelecimento de níveis/patamares de aprendizado e sua interpretação pedagógica trazem, assim, não só uma utilidade gerencial, mas fundamentalmente pedagógica, possibilitando a promoção de ações e medidas para a melhoria e o avanço do aprendizado dos alunos segundo suas necessidades/deficiências específicas, com o propósito de alçá-los a patamares de aprendizado mais elevados.

Uma segunda recomendação emanada deste estudo se refere à necessidade de se trazer a questão da equidade para dentro da Meta 7, calculando-se o novo Ideb por grupos sociodemográficos (cor/raça, nível socioeconômico etc.). Como ocorre com outras metas do PNE (como a Meta 8, por exemplo), conclui-se que é preciso que se nomeiem na meta os grupos sociodemográficos de estudantes, explicitando as desigualdades entre eles, a fim de subsidiar ações gerenciais e pedagógicas dos sistemas e das escolas para superá-las. Explicitar e acompanhar a evolução do índice de qualidade da educação básica por grupos sociais é essencial para que se possa monitorar o avanço na direção da superação das desigualdades.

Indiscutivelmente, a superação das desigualdades educacionais continuará sendo diretriz crucial no próximo PNE. Torna-se fundamental, dessa maneira, rediscutir a formulação da meta de melhoria da qualidade da educação básica e seu indicador de forma a assegurar (e direcionar) que a melhoria da qualidade ocorra em forte conjunção com a redução das desigualdades educacionais existentes no País.

Sugere-se, assim, que os governos e os parlamentos dos três entes da Federação, bem como os atores da sociedade civil que atuam no campo educacional considerem

esses aprimoramentos propostos na reformulação da meta de melhoria da qualidade da educação básica do novo PNE, dando consequência à diretriz de superação das desigualdades educacionais, tão essencial à Educação e à sociedade brasileira.

Evidentemente, há outras questões a serem tratadas para a reformulação da meta de fomento à qualidade da educação básica e seu indicador no novo PNE. Precisam ser empreendidos estudos que aprofundem a formulação do novo Ideb em face da Lei do Fundeb, por exemplo, assim como estudos considerando a avaliação da educação básica diante da BNCC, do novo ensino médio, da educação indígena etc. É preciso, ainda, avançar na análise, na concepção, no monitoramento e na avaliação de políticas de equidade para fazer frente às persistentes desigualdades educacionais demonstradas aqui e em tantos outros estudos. Precisamos garantir energeticamente que o novo PNE traga em seu âmago, refletido em seus objetivos, suas metas e suas estratégias, o firme propósito da superação das desigualdades educacionais, tão essencial ao desenvolvimento da Educação e da sociedade brasileira, em direção à garantia do direito à educação de qualidade e promoção da justiça social.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. T. G. et al. Fatores familiares e desempenho escolar: uma abordagem multidimensional. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 571-603, set. 2013.

ALVES, M. T. G.; FERRÃO, M. E. Uma década da Prova Brasil: evolução do desempenho e da aprovação. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 30, n. 75, p. 688-720, set./dez. 2019.

ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais. *Revista Brasileira de Sociologia*, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 49-81, jan./jun. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Seção 1, p. 5.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 dez. 2020. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 14.276, de 27 de dezembro de 2021. Altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 dez. 2021. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Nota técnica: metodologia utilizada para o estabelecimento das metas intermediárias para a trajetória do Ideb no Brasil, Estados, Municípios e Escolas*. Brasília: Inep, 2007.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo Escolar: microdados do Censo Escolar da Educação Básica (2013-2019)*. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022*. Brasília, DF: Inep, 2022a.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatórios de Monitoramento do PNE*. Brasília, DF, 2022b. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/gestao-do-conhecimento-e-estudos-educacionais/estudos-educacionais/relatorios-de-monitoramento-do-pne>>. Acesso em: 15 maio 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Ideb: resultados e metas*. Brasília: Inep, 2022c. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Saeb: microdados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (2013-2019)*. Brasília: Inep, 2022d. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/saeb>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília, DF: MEC, 2007.

BOF, A. M. Quais são os níveis adequados de aprendizado para os estudantes brasileiros da educação básica: construindo uma proposta nacional. In: MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. M.; SANTOS, R. (Org.). *Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais: estratégias do Plano Nacional de educação II*. Brasília, DF: Inep, 2022. v. 6, p. 11-47.

ERNICA, M.; RODRIGUES, E. C.; SOARES, J. F. *Nota técnica do Indicador de Desigualdades e Aprendizagens (IDeA)*. 2. ed. Campinas: NEPP/Unicamp; São Paulo: Fundação Tide Setubal, 2022.

FERNANDES, R. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)*. Brasília, DF: Inep, 2007. (Série Documental Textos para Discussão, 26).

FERNANDES, R. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb): metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, estados, municípios e escolas*. Brasília, DF, [s.d.]. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_sao_as_metas/Artigo_projeco.es.pdf>. Acesso em: 12 maio 2023.

FERRÃO, M. E. et al. Estudo longitudinal sobre eficácia educacional no Brasil: comparação entre resultados contextualizados e valor acrescentado. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 4, p. 265-300, out./dez. 2018.

FONSECA, I. C. et al. *Monitoramento da Permanência na Educação Básica com o Indicador de Regularidade de Trajetórias Educacionais*. 2023. [Versão preprint]. Disponível em: <<https://osf.io/k2mb9/>>. Acesso em: 12 maio 2023.

HADDAD, F. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília, DF: Inep, 2008. (Série Documental Textos para Discussão, 30).

KLEIN, R. Uma solução para a divergência de diferentes padrões no Saeb. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 103, p. 229-249, abr./jun. 2019.

RODRIGUES, C. G. et al. Novo Ideb: uma contribuição a partir de reflexões teóricas e simulações empíricas. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL, 11; CONGRESSO BRASILEIRO DE TEORIA DA RESPOSTA AO ITEM E MÉTODOS QUANTITATIVOS EM AVALIAÇÃO, 7. 2021, Juiz de Fora. *Anais...* Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/xiabave/389981-novo-ideb-uma-contribuicao-a-partir-de-reflexoes-teoricas-e-simulacoes-empiricas/>>. Acesso em: 21 de jan. 2023.

SOARES, J. F. Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo – Idesp: bases metodológicas. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 29-41, jan./jun. 2009.

SOARES, J. F. José Francisco Soares: está na hora de mudar o Ideb?
In.: SCHWARTZMAN, S. *Simon's site*. 19 set. 2020a. Disponível em: <<https://www.schwartzman.org.br/sitesimon/jose-francisco-soares-o-ideb-precisa-ser-aperfeicoado/>>. Acesso em: 25 out. 2021.

SOARES, J. F. *Mudar o Ideb para promover a excelência e enfrentar as desigualdades na educação básica*. 2020b. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/pulse/mudar-o-ideb-para-promover-excel%C3%Aancia-e-enfrentar-na-educa%C3%A7%C3%A3o-soares/?originalSubdomain=pt>>. Acesso em: 25 out. 2021.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G.; FONSECA, J. A. Trajetórias educacionais como evidência da qualidade da educação básica brasileira. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 38, e0167, 2021.

SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 124, p. 903-923, jul./set. 2013.

APÊNDICE

TABELA 1

ÍDEB E IDESP PARA ESTUDANTES DO SEXO FEMININO E MASCULINO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – UNIDADES DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2013-2017

UF	Ídeb - 2017		Ídesp - 2017		Ídeb - 2015		Ídesp - 2015		Ídeb - 2013		Ídesp - 2013	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Rondônia	5,9	5,5	5,2	4,7	5,6	5,2	4,7	4,2	5,4	5,0	4,4	3,8
Acre	6,0	5,6	5,4	4,9	5,5	5,2	4,7	4,3	5,2	4,8	4,2	3,7
Amazonas	5,5	5,1	4,5	4,1	5,2	4,9	4,2	3,9	4,8	4,5	3,7	3,2
Roraima	5,7	5,3	4,8	4,3	5,3	5,0	4,2	3,8	5,1	4,6	3,8	3,3
Pará	4,8	4,3	3,6	3,0	4,6	4,1	3,3	2,8	4,2	3,7	2,7	2,2
Amapá	4,8	4,4	3,5	3,0	4,7	4,2	3,3	2,8	4,3	3,8	2,6	2,2
Tocantins	5,7	5,3	4,9	4,3	5,3	4,9	4,2	3,7	5,3	4,9	4,1	3,5
Maranhão	4,9	4,5	3,6	3,0	4,8	4,3	3,3	2,7	4,2	3,7	2,5	2,0
Piauí	5,5	4,9	4,5	3,8	5,1	4,4	3,9	3,2	4,6	4,1	3,2	2,6
Ceará	6,3	6,0	5,8	5,4	6,0	5,7	5,2	4,9	5,5	5,1	4,4	3,9
Rio Grande do Norte	5,2	4,7	4,1	3,5	5,0	4,5	3,8	3,2	4,6	4,1	3,2	2,7
Paraíba	5,3	4,9	4,4	3,8	5,1	4,7	3,9	3,5	4,8	4,3	3,4	3,0
Pernambuco	5,5	5,0	4,5	4,0	5,3	4,8	4,2	3,6	4,9	4,4	3,6	3,2
Alagoas	5,4	5,0	4,4	3,8	4,8	4,4	3,5	3,1	4,3	3,8	2,8	2,3
Sergipe	5,1	4,5	4,0	3,4	4,8	4,3	3,5	3,2	4,5	4,0	3,1	2,6
Bahia	5,2	4,7	4,3	3,6	4,9	4,4	3,7	3,2	4,5	4,0	3,1	2,6
Minas Gerais	6,7	6,4	6,3	5,9	6,5	6,2	6,0	5,5	6,3	6,0	5,8	5,2
Espírito Santo	6,2	5,8	5,7	5,2	5,9	5,6	5,3	4,9	5,7	5,3	4,9	4,3
Rio de Janeiro	6,0	5,6	5,4	5,0	5,7	5,4	4,9	4,6	5,5	5,1	4,7	4,2
São Paulo	6,8	6,6	6,5	6,2	6,5	6,3	6,1	5,8	6,3	6,0	5,7	5,2
Paraná	6,6	6,3	6,3	6,0	6,3	6,1	5,9	5,6	6,1	5,8	5,5	5,1
Santa Catarina	6,6	6,4	6,3	5,9	6,4	6,2	6,0	5,7	6,2	5,9	5,6	5,2
Rio Grande do Sul	6,0	5,7	5,5	5,1	5,8	5,6	5,1	4,8	5,8	5,4	5,0	4,6
Mato Grosso do Sul	5,8	5,5	5,2	4,8	5,6	5,3	4,8	4,5	5,3	5,0	4,4	4,1
Mato Grosso	6,1	5,8	5,3	4,9	5,9	5,6	5,0	4,6	5,5	5,2	4,3	3,9
Goiás	6,3	6,0	5,7	5,3	6,0	5,7	5,2	4,9	5,9	5,5	5,1	4,6
Distrito Federal	6,4	6,2	6,1	5,8	6,1	5,9	5,5	5,3	6,0	5,8	5,4	5,1
Brasil	6,0	5,7	5,4	4,9	5,8	5,4	5,0	4,5	5,5	5,1	4,5	4,0

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Censo Escolar e Saeb/Inep.

TABELA 2

**IDEB E IDESP PARA ESTUDANTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL POR COR/RAÇA – UNIDADES DA FEDERAÇÃO
– BRASIL – 2013-2019**

(continua)

UF	Ideb - 2019					Idesp - 2019					Ideb - 2017					Idesp - 2017								
	Branca	Preta	Partida	Amarela	Indígena	Missing na Cor/Raça	Branca	Preta	Partida	Amarela	Indígena	Missing na Cor/Raça	Branca	Preta	Partida	Amarela	Indígena	Missing na Cor/Raça	Branca	Preta	Partida	Amarela	Indígena	Missing na Cor/Raça
Rondônia	5,9	4,9	5,6	5,2	4,8	5,2	5,1	3,7	4,9	4,1	4,0	4,1	6,0	5,0	5,8	5,6	5,1	5,2	5,3	3,9	5,1	4,7	4,4	4,2
Acre	6,1	5,2	5,9	5,4	4,7	5,8	5,6	4,3	5,3	4,5	4,0	5,0	6,1	5,0	5,9	5,4	4,3	5,5	5,5	4,0	5,3	4,6	3,6	4,6
Amazonas	5,7	4,5	5,5	4,6	3,9	5,1	4,8	2,9	4,6	3,2	2,4	3,9	5,6	4,4	5,5	5,1	4,0	4,7	4,6	2,9	4,6	3,9	2,6	3,4
Roraima	5,7	4,8	5,6	4,4	3,9	5,3	4,9	3,4	4,8	3,1	2,0	4,2	5,7	4,6	5,6	4,3	4,8	5,1	4,8	3,2	4,8	3,3	3,5	3,9
Pará	5,0	4,1	4,7	4,3	4,6	4,5	3,8	2,6	3,5	2,7	3,5	3,2	4,7	3,9	4,6	4,2	4,5	4,1	3,4	2,3	3,4	2,7	3,4	2,6
Amapá	5,2	4,2	4,9	4,0	4,3	4,5	4,1	2,7	3,8	2,4	2,7	3,2	4,8	3,9	4,7	4,3	4,2	4,1	3,5	2,2	3,5	2,7	2,5	2,5
Tocantins	6,0	4,9	5,7	5,1	5,2	5,3	5,2	3,6	4,8	3,9	4,5	4,2	5,8	4,8	5,6	5,2	4,7	5,0	4,9	3,5	4,8	3,9	3,7	3,9
Maranhão	5,1	4,3	5,0	4,3	4,2	4,8	3,8	2,7	3,7	2,6	3,0	3,3	4,8	4,1	4,8	4,3	4,0	4,2	3,3	2,2	3,5	2,6	2,8	2,5
Piauí	5,7	4,9	5,7	5,1	5,3	5,3	4,9	3,7	4,9	3,9	4,5	4,2	5,2	4,5	5,3	4,7	1,1	4,7	4,2	3,1	4,4	3,4	0,9	3,5
Ceará	6,5	5,5	6,5	6,1	6,0	6,0	6,0	4,4	6,0	5,3	5,4	5,2	6,3	5,4	6,3	5,9	6,0	5,7	5,7	4,3	5,8	5,2	5,3	4,8
Rio Grande do Norte	5,4	4,2	5,1	4,6	4,8	4,6	4,4	2,6	4,2	3,2	3,7	3,2	5,2	4,0	5,0	4,5	4,5	4,3	4,2	2,5	4,0	3,1	3,5	2,8
Paraíba	5,7	4,5	5,4	4,8	4,6	5,1	4,9	3,0	4,6	3,4	3,8	3,9	5,3	4,1	5,2	5,1	4,5	4,6	4,3	2,6	4,2	3,9	3,5	3,3
Pernambuco	5,8	4,7	5,5	5,0	5,0	5,2	5,0	3,3	4,7	3,8	4,1	4,0	5,5	4,5	5,2	5,2	4,9	4,8	4,6	3,1	4,3	4,1	4,1	3,5
Alagoas	5,8	4,9	5,7	5,1	5,4	5,2	4,8	3,5	4,8	3,8	4,4	3,9	5,3	4,4	5,3	4,4	5,2	4,6	4,2	2,9	4,3	3,6	4,1	3,2
Sergipe	5,2	4,4	5,1	4,9	5,0	4,6	4,1	2,9	4,1	3,7	4,2	3,3	5,0	4,1	4,9	4,6	5,3	4,5	3,8	2,6	3,9	3,4	4,4	3,1
Bahia	5,5	4,6	5,3	4,8	5,0	4,8	4,5	3,3	4,4	3,6	4,1	3,6	5,3	4,4	5,1	4,7	4,7	4,6	4,3	3,0	4,2	3,5	3,7	3,2
Minas Gerais	6,8	5,6	6,5	5,8	6,1	6,1	6,6	4,6	6,1	5,0	5,7	5,4	6,9	5,6	6,5	6,2	6,3	6,0	6,7	4,7	6,1	5,6	6,0	5,2
Espírito Santo	6,7	5,3	6,0	5,7	6,0	5,6	6,5	4,3	5,5	5,0	5,4	4,8	6,5	5,1	5,9	5,8	6,0	5,4	6,2	4,0	5,3	5,1	5,4	4,4
Rio de Janeiro	6,4	5,1	5,8	5,5	5,7	5,5	6,0	4,0	5,2	4,6	5,2	4,8	6,3	4,9	5,7	5,7	5,8	5,4	5,9	4,0	5,1	5,0	5,3	4,6
São Paulo	7,0	5,8	6,7	6,5	6,6	6,4	6,9	5,0	6,4	6,0	6,4	5,9	7,0	5,8	6,6	6,7	6,5	6,1	6,8	4,9	6,2	6,4	6,2	5,5
Paraná	6,8	5,6	6,4	6,6	5,8	6,2	6,6	4,8	6,1	6,2	5,5	5,7	6,7	5,5	6,3	6,4	5,6	6,1	6,5	4,6	5,9	6,1	5,2	5,5
Santa Catarina	6,7	5,3	6,2	6,0	6,0	6,1	6,5	4,3	5,8	5,4	5,5	5,5	6,7	5,4	6,2	6,2	6,1	6,0	6,5	4,3	5,7	5,7	5,5	5,3
Rio Grande do Sul	6,4	4,9	5,7	5,4	5,4	5,6	6,0	3,9	5,2	4,4	4,9	4,8	6,2	4,7	5,6	5,4	5,1	5,3	5,7	3,6	5,0	4,4	4,5	4,3
Mato Grosso do Sul	6,1	5,0	5,7	5,6	4,2	5,4	5,6	3,9	5,1	4,7	2,9	4,5	6,1	4,9	5,6	5,8	4,1	5,3	5,6	3,8	5,0	5,1	2,9	4,3
Mato Grosso	6,3	5,1	6,0	5,3	5,4	5,5	5,6	3,7	5,2	4,1	4,4	4,4	6,2	5,1	6,0	5,8	5,7	5,4	5,6	3,7	5,2	4,9	4,8	4,2
Goiás	6,5	5,4	6,2	5,8	6,0	5,8	6,1	4,3	5,7	5,0	5,4	4,9	6,4	5,3	6,1	6,0	5,9	5,7	5,9	4,2	5,6	5,3	5,2	4,8
Distrito Federal	6,9	5,7	6,5	6,3	6,2	6,0	6,8	4,9	6,1	5,9	5,8	5,4	6,7	5,7	6,3	6,4	5,8	5,8	6,5	4,9	6,0	5,9	5,4	5,1
Brasil	6,5	5,0	5,9	5,5	5,3	5,6	6,1	3,9	5,2	4,5	4,6	4,8	6,4	4,9	5,7	5,6	5,2	5,3	5,9	3,7	5,0	4,7	4,5	4,3

TABELA 2

IDEB E IDESP PARA ESTUDANTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL POR COR/RAÇA – UNIDADES DA FEDERAÇÃO
– BRASIL – 2013-2019

(conclusão)

UF	Ideb - 2015						Idesp - 2015						Ideb - 2013						Idesp - 2013					
	Branca	Preta	Partida	Amarelada	Indígena	Missing na Cor/Raça	Branca	Preta	Partida	Amarelada	Indígena	Missing na Cor/Raça	Branca	Preta	Partida	Amarelada	Indígena	Missing na Cor/Raça	Branca	Preta	Partida	Amarelada	Indígena	Missing na Cor/Raça
Rondônia	5,6	4,9	5,5	5,4	4,7	4,9	4,7	3,7	4,6	4,5	3,8	3,7	5,4	4,7	5,3	5,2	4,5	4,6	4,3	3,4	4,3	4,2	3,7	3,2
Acre	5,6	5,0	5,5	5,5	4,2	5,0	4,7	3,9	4,7	4,8	3,4	3,9	5,2	4,5	5,2	5,1	4,2	4,6	4,1	3,3	4,2	4,2	3,4	3,4
Amazonas	5,3	4,6	5,2	5,1	4,1	4,6	4,2	3,3	4,2	4,0	2,6	3,2	4,8	4,2	4,8	4,7	3,7	4,2	3,6	2,7	3,7	3,5	2,4	2,8
Roraima	5,4	4,8	5,3	4,6	4,6	4,7	4,2	3,4	4,2	3,7	3,1	3,3	5,0	4,5	5,1	3,4	3,9	4,3	3,7	2,9	3,8	2,4	2,1	2,7
Pará	4,5	4,0	4,4	4,5	4,5	4,0	3,1	2,5	3,1	3,2	3,3	2,5	4,1	3,6	4,0	3,9	4,0	3,5	2,5	1,9	2,5	2,3	2,8	1,8
Amapá	4,6	3,9	4,5	4,2	4,4	4,0	3,2	2,3	3,2	2,7	2,9	2,4	4,2	3,6	4,1	3,8	3,5	3,6	2,5	1,8	2,6	2,1	1,8	1,8
Tocantins	5,4	4,6	5,2	5,0	4,7	4,6	4,2	3,2	4,1	3,8	3,8	3,2	5,3	4,7	5,1	5,1	4,5	4,7	4,1	3,1	3,9	3,8	3,5	3,3
Maranhão	4,6	4,1	4,6	4,7	4,1	4,0	3,0	2,4	3,1	3,2	2,9	2,2	3,9	3,6	4,1	3,7	3,7	3,3	2,2	1,7	2,5	2,0	2,3	1,4
Piauí	4,8	4,2	4,9	4,9	5,0	4,3	3,5	2,8	3,8	3,8	4,0	2,9	4,4	3,8	4,5	4,3	4,4	3,7	2,9	2,2	3,1	2,9	3,3	2,1
Ceará	6,0	5,3	5,9	5,8	5,2	5,4	5,3	4,2	5,2	4,9	4,3	4,4	5,4	4,7	5,3	5,2	5,0	4,8	4,3	3,2	4,3	4,0	4,0	3,4
Rio Grande do Norte	5,0	4,1	4,8	4,8	4,8	4,2	3,7	2,6	3,6	3,5	3,8	2,7	4,6	3,7	4,4	4,3	4,5	3,7	3,2	2,1	3,1	3,0	3,3	2,0
Paraíba	5,1	4,2	4,9	5,2	4,5	4,5	4,0	2,7	3,8	4,3	3,3	3,0	4,8	3,9	4,6	4,7	4,3	4,1	3,5	2,3	3,4	3,3	3,1	2,6
Pernambuco	5,2	4,4	5,0	5,2	5,0	4,7	4,1	3,1	3,9	4,1	4,2	3,4	4,9	4,1	4,6	4,8	4,6	4,1	3,7	2,7	3,4	3,4	3,5	2,5
Alagoas	4,8	4,1	4,7	4,5	4,8	4,2	3,5	2,6	3,4	3,1	3,7	2,6	4,3	3,6	4,2	4,2	4,0	3,5	2,7	1,9	2,7	2,7	2,6	1,9
Sergipe	4,8	4,2	4,6	4,8	5,1	4,2	3,6	2,8	3,4	3,8	4,2	2,7	4,5	3,8	4,3	4,5	4,7	3,9	3,0	2,2	2,9	3,3	3,4	2,3
Bahia	4,9	4,2	4,7	4,7	4,7	4,3	3,7	2,9	3,6	3,5	3,8	2,8	4,5	3,8	4,3	4,2	4,6	3,7	3,1	2,3	2,9	2,9	3,5	2,1
Minas Gerais	6,6	5,6	6,3	6,3	6,2	5,7	6,2	4,6	5,8	5,7	5,9	4,8	6,6	5,4	6,1	5,9	5,7	5,3	6,1	4,3	5,4	5,1	5,1	4,1
Espírito Santo	6,2	5,0	5,7	5,6	5,7	5,3	5,7	3,9	5,0	4,9	5,1	4,3	6,0	4,7	5,4	5,3	5,4	4,7	5,3	3,6	4,5	4,4	4,6	3,5
Rio de Janeiro	5,9	4,9	5,4	5,3	5,8	5,2	5,3	3,9	4,7	4,4	5,4	4,3	5,8	4,6	5,2	5,2	5,5	4,7	5,2	3,5	4,3	4,1	4,6	3,5
São Paulo	6,7	5,7	6,4	6,5	6,2	5,8	6,3	4,8	5,9	6,1	5,8	5,0	6,4	5,2	5,9	6,4	6,0	5,3	6,0	4,0	5,2	5,8	5,4	4,1
Paraná	6,5	5,4	6,0	6,4	5,5	5,7	6,1	4,4	5,6	6,0	5,1	5,0	6,2	5,0	5,8	6,2	5,3	5,5	5,6	4,0	5,2	5,7	4,7	4,5
Santa Catarina	6,6	5,2	6,0	6,1	6,1	5,9	6,2	4,1	5,5	5,6	5,7	5,1	6,3	4,9	5,8	5,9	5,5	5,5	5,8	3,7	5,1	5,3	4,7	4,5
Rio Grande do Sul	6,0	4,6	5,4	5,5	5,1	5,2	5,5	3,5	4,6	4,7	4,3	4,2	5,8	4,5	5,4	5,3	5,2	5,1	5,2	3,3	4,7	4,4	4,4	4,0
Mato Grosso do Sul	5,8	4,8	5,4	5,7	4,2	5,1	5,2	3,8	4,7	5,0	3,1	4,1	5,5	4,6	5,1	5,5	3,7	4,7	4,7	3,4	4,3	4,6	2,3	3,6
Mato Grosso	6,0	5,2	5,8	5,6	5,5	5,2	5,2	3,9	4,9	4,6	4,5	3,9	5,6	4,8	5,4	5,3	5,1	4,7	4,6	3,3	4,2	4,1	4,0	3,1
Goiás	6,1	5,1	5,9	5,8	5,8	5,4	5,4	3,9	5,2	5,1	5,1	4,3	6,0	5,0	5,8	5,7	5,8	5,2	5,2	3,8	5,0	4,8	5,1	4,1
Distrito Federal	6,3	5,4	6,0	5,9	5,8	5,6	5,9	4,5	5,4	5,3	5,4	4,8	6,3	5,4	5,8	5,7	6,0	5,5	5,8	4,5	5,1	5,1	5,5	4,7
Brasil	6,0	4,8	5,8	5,6	5,1	5,0	5,4	3,7	4,9	4,7	4,4	3,9	5,8	4,5	5,1	5,2	4,8	4,5	5,0	3,1	4,1	4,2	3,9	3,1

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Censo Escolar e Saeb/Inep.

TABELA 3

IDEB E IDESP PARA ESTUDANTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL POR ESCOLARIDADE DOS PAIS – UNIDADES DA FEDERAÇÃO
– BRASIL – 2013-2019

(continua)

UF	Ideb - 2019			Idesp - 2019			Ideb - 2017			Idesp - 2017		
	Pai ou mãe com, no mínimo, ensino médio completo	Pai ou mãe com, no máximo, ensino médio incompleto	Missing na escolaridade dos pais	Pai ou mãe com, no mínimo, ensino médio completo	Pai ou mãe com, no máximo, ensino médio incompleto	Missing na escolaridade dos pais	Pai ou mãe com, no mínimo, ensino médio completo	Pai ou mãe com, no máximo, ensino médio incompleto	Missing na escolaridade dos pais	Pai ou mãe com, no mínimo, ensino médio completo	Pai ou mãe com, no máximo, ensino médio incompleto	Missing na escolaridade dos pais
Rondônia	6,4	5,5	5,7	5,8	4,3	4,7	6,6	5,6	5,9	6,1	4,4	5,0
Acre	6,8	5,7	6,1	6,4	4,6	5,3	6,8	5,7	6,1	6,4	4,6	5,4
Amazonas	6,3	5,0	5,5	5,6	3,4	4,2	6,3	4,9	5,5	5,7	3,3	4,3
Roraima	6,3	5,0	5,5	5,6	3,4	4,4	6,3	5,0	5,7	5,6	3,4	4,7
Pará	5,8	4,7	5,1	4,8	3,0	3,7	5,7	4,6	5,1	4,6	2,7	3,7
Amapá	5,7	4,6	5,2	4,7	2,8	3,8	5,6	4,4	5,0	4,5	2,4	3,5
Tocantins	6,4	5,2	5,7	5,7	3,8	4,7	6,3	5,0	5,7	5,7	3,5	4,6
Maranhão	5,7	4,7	5,1	4,6	2,9	3,6	5,6	4,4	4,9	4,5	2,4	3,3
Piauí	6,5	5,4	5,8	5,9	4,1	4,7	6,3	5,0	5,6	5,6	3,5	4,5
Ceará	6,9	6,2	6,3	6,6	5,5	5,6	6,8	6,0	6,2	6,4	5,1	5,5
Rio Grande do Norte	6,1	4,9	5,3	5,3	3,3	4,0	6,0	4,7	5,3	5,2	3,0	4,1
Paraíba	6,4	5,3	5,6	5,8	4,0	4,4	6,3	5,0	5,5	5,6	3,4	4,4
Pernambuco	6,3	5,4	5,7	5,7	4,1	4,6	6,2	5,1	5,6	5,5	3,6	4,5
Alagoas	6,4	5,4	5,5	5,8	4,1	4,3	6,2	5,1	5,4	5,5	3,5	4,1
Sergipe	6,1	5,0	5,3	5,3	3,5	4,0	6,0	4,8	5,3	5,2	3,2	4,0
Bahia	6,2	5,1	5,5	5,5	3,6	4,2	6,1	4,9	5,5	5,3	3,3	4,3
Minas Gerais	7,2	6,0	6,4	7,0	5,2	5,8	7,2	6,0	6,5	7,0	5,1	5,9
Espírito Santo	6,9	5,9	6,3	6,6	5,0	5,6	6,8	5,7	6,3	6,5	4,7	5,6
Rio de Janeiro	6,7	5,8	6,2	6,3	4,8	5,4	6,8	5,5	6,1	6,4	4,4	5,4
São Paulo	7,3	6,3	6,6	7,3	5,6	6,2	7,2	6,1	6,6	7,0	5,4	6,1
Paraná	7,2	6,4	6,6	7,1	5,8	6,2	7,1	6,2	6,6	7,0	5,6	6,2
Santa Catarina	7,2	6,2	6,5	7,1	5,5	6,0	7,2	6,1	6,6	7,0	5,4	6,1
Rio Grande do Sul	6,9	5,9	6,3	6,7	5,0	5,7	6,8	5,7	6,1	6,4	4,7	5,4
Mat Grosso do Sul	6,6	5,7	6,0	6,1	4,6	5,1	6,6	5,6	6,1	6,1	4,5	5,3
Mat Grosso	6,6	5,5	5,8	6,1	4,3	4,7	6,5	5,3	5,8	6,0	4,0	4,8
Goias	6,9	5,9	6,2	6,6	5,0	5,5	6,7	5,8	6,1	6,3	4,8	5,4
Distrito Federal	7,2	6,1	6,5	7,2	5,3	6,0	7,0	5,9	6,4	6,9	5,0	5,8

TABELA 3
IDEB E IDESP PARA ESTUDANTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL POR ESCOLARIDADE DOS PAIS – UNIDADES DA FEDERAÇÃO – BRASIL – 2013-2019

UF	IDeb - 2019			IDesp - 2019			IDeb - 2017			IDesp - 2017		
	Pai ou mãe com, no mínimo, sino médio completo	Pai ou mãe com, no máximo, sino médio incompleto	Missing na escolaridade dos pais	Pai ou mãe com, no mínimo, sino médio completo	Pai ou mãe com, no máximo, sino médio incompleto	Missing na escolaridade dos pais	Pai ou mãe com, no mínimo, sino médio completo	Pai ou mãe com, no máximo, sino médio incompleto	Missing na escolaridade dos pais	Pai ou mãe com, no mínimo, sino médio completo	Pai ou mãe com, no máximo, sino médio incompleto	Missing na escolaridade dos pais
Rondônia	6,2	5,4	5,6	5,5	4,1	4,5	6,0	5,1	5,3	5,1	3,7	4,1
Acre	6,4	5,3	5,8	5,8	4,0	4,8	6,0	5,0	5,5	5,2	3,4	4,4
Amazonas	6,1	4,9	5,4	5,3	3,2	4,1	5,7	4,6	5,0	4,7	2,8	3,5
Roraima	6,0	4,8	5,4	5,2	3,0	4,0	5,7	4,4	5,1	4,6	2,4	3,6
Pará	5,5	4,6	5,0	4,3	2,8	3,4	5,0	4,1	4,3	3,6	2,0	2,4
Amapá	5,4	4,4	4,9	4,1	2,4	3,3	4,9	4,0	4,4	3,3	1,8	2,6
Tocantins	6,0	4,9	5,3	5,1	3,2	4,0	5,9	4,7	5,1	4,9	2,9	3,6
Maranhão	5,4	4,4	4,8	4,1	2,4	3,0	5,0	3,7	4,1	3,5	1,6	2,2
Piauí	6,0	4,8	5,3	5,0	3,0	4,0	5,5	4,3	4,8	4,3	2,3	3,3
Ceará	6,5	5,8	6,0	5,9	4,7	5,1	6,0	5,1	5,2	5,2	3,7	3,9
Rio Grande do Norte	5,8	4,7	5,2	4,9	2,9	3,7	5,5	4,3	4,7	4,4	2,4	3,1
Paraíba	6,0	4,9	5,3	5,2	3,2	4,0	5,6	4,6	4,8	4,6	2,8	3,2
Pernambuco	6,1	5,0	5,4	5,2	3,5	4,1	5,8	4,5	5,0	4,9	2,7	3,5
Alagoas	5,8	4,7	5,0	4,8	3,0	3,5	5,4	4,2	4,4	4,2	2,2	2,6
Sergipe	5,8	4,8	5,2	4,9	3,1	3,7	5,5	4,4	4,8	4,3	2,5	3,2
Bahia	5,8	4,8	5,2	4,8	3,0	3,8	5,5	4,2	4,7	4,3	2,3	3,0
Minas Gerais	7,0	5,8	6,3	6,8	4,8	5,6	6,9	5,7	6,1	6,6	4,6	5,3
Espírito Santo	6,6	5,6	6,0	6,2	4,5	5,2	6,4	5,3	5,7	5,8	3,9	4,8
Rio de Janeiro	6,3	5,6	6,0	5,7	4,4	5,1	6,1	5,3	5,8	5,4	3,9	4,7
São Paulo	6,9	6,0	6,4	6,6	5,1	5,8	6,8	5,6	6,0	6,4	4,4	5,2
Paraná	6,9	6,0	6,4	6,6	5,2	5,9	6,7	5,8	6,2	6,3	4,8	5,4
Santa Catarina	7,0	6,0	6,4	6,8	5,2	5,9	6,8	5,7	6,1	6,4	4,7	5,4
Rio Grande do Sul	6,6	5,6	6,0	6,1	4,5	5,1	6,5	5,5	5,7	5,9	4,3	4,8
Mato Grosso do Sul	6,4	5,6	5,9	5,8	4,5	4,9	6,1	5,3	5,6	5,3	3,9	4,6
Mato Grosso	6,3	5,3	5,6	5,6	4,0	4,6	5,9	4,9	5,2	5,1	3,4	3,9
Goiás	6,5	5,6	5,9	6,0	4,4	5,0	6,4	5,5	5,8	5,8	4,3	4,8
Distrito Federal	6,7	5,7	6,1	6,3	4,7	5,4	6,5	5,6	6,1	6,1	4,5	5,3

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados do Saeb/Inep.

